

**A.I. N°** - 079904.0001/12-5  
**AUTUADO** - TEKABOS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 04. 12. 2012

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0279-01/12

**EMENTA:** ICMS. SIMPLES NACIONAL. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL NAS AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. Feita prova de que no levantamento havia operações cujo imposto já se encontrava pago, além da inclusão de valores em duplicidade. Reduzido o valor do imposto a ser lançado. Corrigido o percentual da multa. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26.3.12, diz respeito a recolhimento de ICMS efetuado a menos a título de antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), relativamente a aquisições de mercadorias [para comercialização] provenientes de fora do Estado, sendo lançado imposto no valor de R\$ 5.718,53, com multas de 50% e 60%.

O autuado defendeu-se (fls. 683-684) observando que, dentre as Notas Fiscais incluídas na autuação, com relação às Notas Fiscais 226772 e 13291 o imposto já se encontrava pago, conforme comprovantes anexos, e a Nota Fiscal 1295 foi lançada em duplicidade. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente em parte, reduzindo-se o valor do imposto para R\$ 3.450,68.

A auditora responsável pelo lançamento prestou informação (fls. 696-697), reconhecendo que no tocante às Notas Fiscais 226772 e 13291 o crédito tributário foi extinto, e com relação à Nota Fiscal 1295, concorda que houve realmente lançamento em duplicidade, restando a ser paga a quantia de R\$ 3.450,68. Anexou novos demonstrativos dos valores remanescentes. Opina pela procedência parcial do Auto de Infração.

Deu-se ciência da revisão do lançamento ao contribuinte (fl. 716), e ele não se manifestou.

Consta que foi pedido parcelamento do débito (fls. 726/728).

### VOTO

O presente lançamento refere-se a recolhimento de ICMS efetuado a menos a título de antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo chamado Simples Nacional.

O contribuinte reclamou, e provou, que foram lançados valores que já se encontravam pagos, e uma Nota Fiscal foi lançada em duplicidade.

A auditora que procedeu ao lançamento reconheceu os equívocos e reduziu o valor do imposto a ser lançado exatamente para o valor reconhecido pelo contribuinte.

Sendo assim, está cessada a lide.

O demonstrativo do débito deverá ser feito com base no quadro à fl. 708, totalizando R\$ 3.450,68.

Observo que a multa foi aplicada de forma equivocada, tendo sido capitulada no inciso I, alínea “b”, item 1, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, quando o correto seria na alínea “f” do inciso II.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologadas as quantias já pagas.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **079904.0001/12-5**, lavrado contra **TEKABOS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.450,68**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologadas as quantias já pagas.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de novembro de 2012

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR